

Opinião do GLOBO

Decisão de Toffoli sobre Odebrecht deveria ser revista

Brasil não pode jogar por terra confissões em vídeo e milhares de páginas com provas de corrupção

Em mais uma decisão individual, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os pagamentos do acordo de leniência firmado pela antiga Odebrecht (atual Novonor) com o Ministério Público na Operação Lava-Jato. O acordo prevê multas de R\$ 3,8 bilhões (ou R\$ 8,5 bilhões em 23 anos de pagamento). Em cinco meses, foi a terceira decisão individual de Toffoli invalidando acordos firmados com grandes empresas cujos executivos confessaram corrupção. Em setembro, ele anulou as provas do mesmo acordo de leniência da Odebrecht, sob o argumento de que houve conluio entre Ministério Público e Justiça Federal. Em dezembro, suspendeu o pagamento de multas de R\$ 10,3 bilhões no acordo de leniência da J&F, dos irmãos José e Wesley Barista, no âmbito da Operação Greenfield. Na época, disse que mensagens captadas ilegalmente levavam a uma "dúvida razoável" sobre o caráter voluntário essencial aos acordos. Ignora que elas não poderiam ser usadas como prova de atuação. Agora, decidiu scitinho suspender as multas da Odebrecht.

Não é difícil concluir que essas deci-

sões abrem caminho a outras. O presidente da OAS Léo Pinheiro já pediu a Toffoli que suspenda a multa aplicada em seu acordo de delação premiada na Lava-Jato. Na certa virão outros pedidos. Empresas que confessaram ter pagado propina ficam agora em situação confortável, uma vez que se livram do ônus das multas, mas mantêm os bônus pactuados nos acordos. Embora aleguem que assinaram os termos sob coação, não reivindicam anulação, para não perder autorização para participar de obras públicas e receber empréstimos de bancos estatais.

Pelo impacto desse tipo de decisão, o ideal seria que, havendo recurso da Procuradoria-Geral da República (PCR), o caso fosse submetido ao plenário do STF (e não à Segunda Turma, que cuida da Lava-Jato). É com a maior urgência possível (Toffoli não deu prazo para que a Odebrecht analisasse os diálogos ilegais e se agorasse o acesso).

As decisões de Toffoli também deixam o governo diante de um dilema. Como escreveu no GLOBO o colunista Vera Magalhães, caso o Supremo as confirme, derrubando o recurso da PCR, a União poderia recorrer, mas isso equivaleria a abandonar a narrativa

falaciosa de que a Lava-Jato foi armação contra o PT. Mas não recorrer significaria deixar de receber multas bilionárias num momento em que o governo precisa arrecadar (a União poderia ter até de devolver o que já recebeu).

Não há dúvida de que a Lava-Jato cometeu erros. Porém isso em nada anula a roubalheira confessada. Ela está documentada em milhares de páginas e vídeos nos processos. A Odebrecht entregou de forma voluntária provas de corrupção em 49 contratos. Mais de 70 executivos assinaram delações. A empresa mantinha um setor apenas para gerir as propinas. Também firmou acordos na Suíça e nos Estados Unidos admitindo ter pagado US\$ 788 milhões de suborno em 12 países.

Não há falta de provas, mas excesso. É um absurdo querer passar a borraça em tudo. Pretextos jurídicos, ainda que legítimos, não podem escamotear a realidade. O Brasil não deve jogar por terra o que foi desmascarado. A corrupção devia recursos públicos escassos, pune o contribuinte e degrada a imagem do país. Retrocessos desse tipo transformam ao cidadão uma sensação de frustração, corrompendo a crença na Justiça, nas instituições e na democracia.

Artigos

opinioes.globo.com/opiniao
carta@opinioes.globo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG



Trabalha no GLOBO como jornalista
carta@opinioes.globo.com.br

Gesto nobre, realidade nem tanto

Foi bonita a festa de abertura do ano judiciário, na última quinta-feira. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, arregou as mangas e retirou as grades que bloqueavam a entrada do prédio da Corte. Significativo importante: está afastada ameaça de golpe.

Mas, procurando na imprensa e nas redes sociais, verifica-se que a notícia amplamente dominante é outra. Trata-se de decisão do ministro Dias Toffoli de suspender o pagamento da multa de R\$ 3,8 bilhões com que a ex-Odebrecht, hoje Novonor, se comprometeu no acordo de leniência de 2016. Toffoli anunciou sua decisão no mesmo dia 1º de fevereiro e ganhou primeira página em todos os noticiários. No ano passado, ele suspendeu a multa da J&F, de R\$ 10 bilhões.

A Odebrecht estava na Lava-Jato. A J&F, não. Era outro processo. Logo, todo mundo que fez algum acordo de leniência, no tempo em que se combatia a corrupção, está animado. Tem gente se preparando para pedir de volta o dinheiro já devolvido à justiça em razão de confissões variadas de corrupção.

Não se trata, portanto, de caso isolado. Trata-se do desmonte total do sistema de combate à corrupção. Não se abrem casos novos, e se dá um jeito de cancelar os antigos.

Também não se trata de caso isolado o pagamento de vencimentos milionários a juizes e magistrados. O teto salarial do funcionalismo e o vencimento dos ministros do STF, R\$ 44 mil a partir deste mês. Teto furado. Procurem nos 92 tribunais do país, e se encontram pagamentos de mais de R\$ 1 milhão a juizes e desembargadores. Vencimentos acima de R\$ 100 mil são frequentes.

Como consequência? Audiências diversas, férias vencidas, vantagens pagas retroativamente — sempre conforme decisão dos próprios juizes.

Em janeiro último, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que o conselheiro Domingos Brazão tinha direito a 365 dias de férias por não ter usufruído o benefício entre os anos de 2017 e 2022. Só por aí, já seria o caso de estranhar: se são seis anos sem tirar férias, deveriam ter sobrado seis meses de férias. Mas eles têm dois meses por ano. Logo 12 meses de férias, mais o terço, que podem ser recebidos em dinheiro. Algo perto do R\$ 850 mil, sem correção.

Diz-se lá: trabalhou seis anos sem tirar férias, merece.

Ocorre que o conselheiro estava afastado de suas funções enquanto era alvo de investigações por suspeita de fraude e corrupção. Não trabalhou, pois. Mas recebeu seus vencimentos, na totalidade de emenda. É isso que o senão a senão estão pensando: ficou seis anos recebendo sem trabalhar, recebendo, e agora ganhou direito a férias atrasadas.

É simples aplicação de regras praticadas das mais variadas maneiras. Outro pequeno exemplo: o Tribunal de Contas da União suspendeu o pagamento retroativo do adicional por tempo de serviço, benefício que havia sido extinto em 2006 e volta agora. Pois, em dezembro passado, Toffoli derubou a decisão do TCU, estendendo o benefício a juizes federais. Custo: R\$ 1 bilhão. Os juizes mais antigos poderão receber até R\$ 2 milhões.

Não fica só no dinheiro. A mulher de Dias Toffoli, a advogada Roberta Maria Rangel, é contratada pela J&F, a mesma empresa beneficiada por seu marido. Sim, ela não trabalha no caso em questão, mas isso elimina a suspeição?

De todo modo, está dentro da norma fixada pelo próprio STF. No ano passado, a Corte, por 7 a 4, flexibilizou as regras de impedimento e permitiu que magistrados julgarem casos em que as partes sejam clientes de escritórios de advogados e parentes. São seis ministros nessa condição.

E as mordomias público-privadas. Mais um pequeno exemplo: a Associação Cearense de Magistrados promoveu uma baía festa de Natal. Com patrocínio e apoio de empresas privadas que têm processos no Tribunal de Justiça do estado. O presidente da associação, José Hercy Ponte de Alencar, não viu nada errado. E defendeu a categoria, porque "os magistrados estão no seu limite, dando seu suor, sangue e trabalho para a população".

Não é em todo o Judiciário, mas em alguma parte há um processo de desmoralização.

Cercos regulatório se fecha sobre as grandes plataformas digitais

Mesmo nos Estados Unidos, Congresso em geral avesso a discipliná-las debate lei para defender crianças de abusos

O cerco se fecha sobre as grandes plataformas digitais. Mesmo nos Estados Unidos, onde o Congresso sempre evitou assumir seu papel regulatório, deixando a iniciativa de discipliná-las ao Judiciário, o imobilismo diante dos abusos parece perto do fim. O motivo é a preocupação com as crianças e adolescentes. É notável que, em audiência no Senado, dois executivos das próprias plataformas — Evan Spiegel, do Snap, e Linda Yaccarino, do X — tenham afirmado apoiar o projeto da Lei de Segurança On-Line para Crianças, impondo regras para colir exploração sexual de menores, anorexia, bullying e marketing predatório, entre outros barbaridades que vicejam no ambiente digital.

Em contraste, o mais poderoso parlamento das redes sociais — Mark Zuckerberg, controlador de Facebook, Instagram e WhatsApp — mais uma vez se esquivou. Pediu desculpas às vítimas e familiares, prometeu apenas ampliar esforços contra abusos. Shou Chew, CEO do TikTok, também desmentou quan-

do questionado. A estratégia dos dois teve efeito contrário ao pretendido. A atitude negacionista reforça a urgência de regular o setor. Entre os pais presentes no Capitólio, o sentimento era de incredulidade. "O senhor e as empresas diante de nós, que não é sua intenção, mas têm as mãos manchadas de sangue", disse a Zuckerman o senador republicano Lindsey Graham.

A melhor inspiração para enfrentar a empáfia das plataformas digitais está do outro lado do Atlântico. O prazo para que elas se ajustem às exigências da nova lei da União Europeia está próximo (expira em maio). Envisagem de mais, a legislação introduz responsabilidades para as empresas, cria um sistema de prestação de contas e transparência. Abrange, atinge serviços que violam leis de aplicativos às redes sociais. Antes da aprovação em 2022, as multas foram alvo de lobby agressivo das empresas, mas os cenários catastróficos que elas pintavam não se concretizaram.

Os princípios da lei europeia serviram de base ao Projeto de Lei que tenta regular as plataformas digitais no Brasil. Embora seja conhecido como PL das Fake News, ele tem um escopo bem mais abrangente que apenas o "dever de cuidado" com aquilo que circula em suas redes, para que façam cumprir leis já existentes no caso de racismo ou incitação ao ódio, abusos contra crianças, mulheres, idosos e outros crimes.

Aqui também a pressão contra a regulação tem ido além do deslame manifestado nos Estados Unidos. Investigações da Polícia Federal descrevem evidências de que empresas como Google e Telegram usaram "artifícios" para evitar a aprovação do PL das Fake News "numa campanha caracterizada por desinformação e manipulação". Se as transgressões forem comprovadas, a punição deve ser severa. O passo mais importante, porém, deve ser dado pelo Congresso. Com o retorno das atividades, espera-se que a nova lei volte a ser prioridade. As eleições e o avanço da inteligência artificial tornam o tema ainda mais urgente.

regulamentar as plataformas digitais no Brasil. Embora seja conhecido como PL das Fake News, ele tem um escopo bem mais abrangente que apenas o "dever de cuidado" com aquilo que circula em suas redes, para que façam cumprir leis já existentes no caso de racismo ou incitação ao ódio, abusos contra crianças, mulheres, idosos e outros crimes.

Aqui também a pressão contra a regulação tem ido além do deslame manifestado nos Estados Unidos. Investigações da Polícia Federal descrevem evidências de que empresas como Google e Telegram usaram "artifícios" para evitar a aprovação do PL das Fake News "numa campanha caracterizada por desinformação e manipulação". Se as transgressões forem comprovadas, a punição deve ser severa. O passo mais importante, porém, deve ser dado pelo Congresso. Com o retorno das atividades, espera-se que a nova lei volte a ser prioridade. As eleições e o avanço da inteligência artificial tornam o tema ainda mais urgente.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Jairo Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: Jairo Roberto Moreira e Roberto Moreira, Neto

O GLOBO

aparelhos e redes de TV
DIRETOR GERAL: Roberto Zappalá Kuri

DIRETOR DE REGIÃO: EDUARDO REIS (Rio de Janeiro)
DIRETORES REGIONAIS: Lúcia Saraiva (São Paulo),
Rogério Lima, José Roberto de Fátima Barreto, Lúcia Saraiva
e Paulo Costa Pereira

DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO
DIRETOR: Roberto Zappalá Kuri

DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Zappalá Kuri

Rede Nacional de Distribuição: 25 - Rua do Brasil, 100 - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.000-000 - Tel: (21) 3500-1000 Fax: (21) 3500-1001

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.br/jp1_edit

EDITORES
Roberto Zappalá Kuri: roberto.zappala@globo.com.br
Roberto Zappalá Kuri: roberto.zappala@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

DISTRIBUIÇÃO

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

VENDEDOR DE BANCAS

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: assessoria@globo.com.br

Assessoria de Imprensa: